

Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03: Formação Crítica e Engajamento Político

Psychology and Race Relations Workgroup of the CRP03: Critic Formation and Politic Implication

Edlamar Jesus França¹
Renan Vieira de Santana Rocha²
Marilda Castelar³

Resumo: O Sistema Conselhos de Psicologia vem ampliando os espaços de discussão sobre relações raciais e outros temas de Direitos Humanos e atuação de psicóloga(o)s no campo das Políticas Públicas. Considerando esta concepção, o contexto da Bahia e a ideia de que raça se constrói socialmente, o CRP-BA criou o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) em 2007, com intenção de realizar ações de enfrentamento e ser um espaço de formação. Este artigo apresenta o relato de experiência do GTPRR, sua estratégia formativa atual para a disseminação de conhecimentos sobre relações raciais e sua atuação política. A partir destas ações, o grupo conseguiu efetivar discussões ativas e provocar reflexões e questionamentos junto à categoria e demais profissionais. Ademais, tem deixado um legado na formação de estudantes e profissionais que participam do grupo, independente do seu campo de práticas.

Palavras-chave: psicologia, relações raciais, formação crítica, implicação política.

Abstract: The Council System of Psychology has been expanding the space for discussion about race relations issues and others related to human rights, as well as the actuation of the psychologists in the field of Public Policies. Considering this view, the context of Bahia and the idea that race is socially constructed, the CRP-BA created the Psychology and Race Relations Workgroup (GTPRR) in 2007, with intent to carry out actions to fight. This article presents the experience of GTPRR, their actual formative strategy for the dissemination of knowledge on racial issues and their political conduct. From these actions, the group managed to accomplish active discussions and cause reflections and questions beside the category and other professionals. In addition, it has left a legate for the formation of those students and professionals who participated in and still participate of the group, which implics in their professional practice.

Key words: psychology, race relations, critic formation, politic implication.

1 Psicóloga, com especialização em Psicologia e Ação Social, tecnóloga em Gestão de Projetos e Organizações Sociais (UNIFACS). edlamarfranca@yahoo.com.br

2 Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Psicólogo Residente vinculado à Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com Área de Concentração em Saúde Mental do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). renanvsr@gmail.com

3 Psicóloga pela PUC Campinas, Mestrado pela Unicamp, Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Foi Conselheira Suplente do CFP (Gestão 2010-2013) e Conselheira Presidente do CRP 03 Ba (Gestão 2007-2010), é membro do GTPRR do CRP-03. Atua como Professora de Psicologia na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e na Faculdade São Bento. marildacastelar@gmail.com

Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03: Formação Crítica e Engajamento Político

Psychology and Race Relations Workgroup of the CRP03: Critic Formation and Politic Implication

Edlamar Jesus França
Renan Vieira de Santana Rocha
Marilda Castelar

Introdução

É de extrema importância ampliar o debate entre pesquisadores e psicólogos no que diz respeito às relações étnico-raciais. Como também é imprescindível compreendermos os discursos e práticas da Psicologia ao longo da história, que contribuíram com o processo de discriminação, exclusão e dominação de não-brancos. Deste modo, é possível aprofundarmos a análise sobre os discursos e práticas psicológicas atuais. O presente trabalho tem por objetivo discutir uma forma de funcionamento grupal e apresentar o relato de experiência do GTPRR, sua estratégia formativa para a disseminação de conhecimentos sobre relações raciais e sua atuação política. Isto se dá no sentido de compartilhar as experiências deste grupo, de modo a contribuir para a formação e para dinâmicas de trabalho mais democráticas e menos hierquizadas de outros coletivos. Será mostrada aqui a trajetória do grupo entre os anos de 2012 e início de 2014. Portanto, um recorte que retrata o movimento deste grupo neste período, que marca um momento especial, dentre tantas transformações pelas quais este grupo passou e passa.

A construção de um posicionamento psicológico sobre o negro no Brasil iniciou-se com o objetivo de responder à questão sobre em que raça resultou a miscigenação ocorrida no país. E neste contexto, Nina Rodrigues, a partir da teoria do evolucionismo social ou darwinismo, consolidou um pensamento médico-psicológico fundamentado na degeneração da raça negra.

A chamada Escola Baiana de Antropologia, ou Escola Nina Rodrigues, respondeu a questão produzindo estudos sobre raça, buscando explicar os impactos sociais do convívio com não-brancos numa perspectiva patologizante. No entanto, a partir da década de 1930, surgiram os primeiros estudos que se aproximam da Psicologia brasileira, e dos quais a Psicologia Social se implicou, de modo a construir um discurso em contraposição às teorias deterministas biológicas da escola citada. Dentre os principais pensadores temos Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite, entre outros.

A Psicologia Social avançou ainda mais nos anos 1990, ao debater sobre as questões de branquitude e branqueamento. Neste momento, os estudos passaram a focar não só a negritude, mas na raiz da questão racial, ou seja, naqueles que construíram o conceito de raça – os brancos – e instituíram o branqueamento de diversos grupos étnico-raciais como índios e negros. Com a inclusão deste viés na discussão sobre raça, a Psicologia Social apontou um caminho para o desenvolvimento de novas pesquisas.

O Sistema Conselhos de Psicologia iniciou esta discussão mais efetivamente no início da década de 2000, quando lançou a campanha nacional “Preconceito Racial Humilha, a Humilhação Faz Sofrer”, que resultou na Resolução CFP nº 018/2002, vindo a ampliar os espaços de discussão e produção de referenciais que contemplam não só esta temática, mas também outras ligadas aos Direitos Humanos e à atuação de psicóloga(o)s no campo das Políticas Públicas. Considerando esta nova concepção do Conselho de Psicologia, pela análise do contexto local e pela ideia de que raça se constrói socialmente, o Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Seção Bahia (CRP03) estruturou a sua Comissão de

Direitos Humanos em 2005. Desde então, o tema das relações raciais esteve presente nas discussões e em suas atividades. O GTPRR foi criado em janeiro de 2007, quando a referida comissão estabeleceu um novo modo de funcionamento para discutir temas específicos que necessitavam de maior investimento por parte da Autarquia. O Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) surge, então, com a intenção de ser um instrumento de combate do racismo no âmbito da Psicologia baiana e ser um espaço de formação da categoria. Sua principal responsabilidade era se constituir em um espaço de discussão sobre as relações raciais e a Psicologia. Tendo em vista os princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo, buscou assegurar um espaço de “[...] auto-reflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional” (CFP, 2005, p. 05).

Como estratégia inicial de atuação, o GTPRR realizou eventos que procuravam analisar as expressões dos privilégios dos brancos e a exclusão social dos negros, as representações sociais destes grupos, assim como buscou investigar as relações étnico-raciais entre negros, brancos, indígenas e mestiços. O GT sempre acolheu estudantes de Psicologia que não possuíam espaço em suas instituições para discussão sobre o tema, e foi também uma grande oportunidade de intercâmbio entre as poucas faculdades que iniciavam seus grupos de estudos sobre racismo e relações raciais. Portanto, desde o início, o Grupo de Trabalho promove debates e constrói encontros, seminários, palestras, simpósios dos mais variados tipos, a fim de problematizar, instrumentalizar e referenciar práticas e estudos de profissionais e estudantes de Psicologia pautados nas discussões acima apresentadas.

O GT, ao longo de todo este tempo, foi e é espaço de formação e construção constante para seus membros e para aqueles implicados com a temática. Discutir os impactos e as vicissitudes do ponto de vista psicossociológico de ser negro numa sociedade tão diversificada como a nossa, e construída sobre valores hierarquizados, não é tarefa fácil. Nossa categoria profissional, majoritariamente branca por muito tempo, se viu inerte no que diz respeito à temática.

A realidade das relações raciais no Brasil é uma peculiaridade que existe e resiste, mesmo para quem não quer ver. Por um lado, as agências formadoras precisam oferecer, na grade curricular, estudos sobre direitos humanos, diversidade e relações raciais. E cabe ao profissional de Psicologia escolher entre ser omissos ao compromisso assumido ou se comprometer com a coerência das ciências humanas (CFP, 2003, p. 26).

Todavia, percebemos um movimento de reconhecimento dos sofrimentos causados pelo racismo dentro do Sistema Conselhos. Prova disso são as recentes produções técnicas orientadoras e instrumentos normativos para a atuação de psicólogos/as, como a já mencionada Resolução CFP nº 018/2002, que nos lança ao dever de produzir conhecimento crítico sobre os preconceitos, e atuar para a eliminação do racismo:

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial. (CFP, 2002).

Assim, o GT tem como finalidade debater e refletir sobre as questões pertinentes às relações étnico-raciais do ponto de vista da Ciência Psicológica, e preconiza a citada resolução

e referenciais técnicos. Além disso, pretende ser ponto de referência para as práticas da(o) s Psicóloga(o)s que têm um olhar crítico, ético e prezam pela atuação sintonizada com o código de ética da profissão e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Várias foram as questões debatidas pelo grupo, dentre as quais: negritude, branquitude, questões indígenas e miscigenação das etnias. Mesmo tendo este espaço de formação, ainda são muito poucos os espaços dentro da Psicologia para discutir tais temáticas, sobretudo do ponto de vista teórico-prático. Isto nos faz pensar que esses assuntos ainda não recebem a devida atenção por esta categoria profissional.

A qualidade das atividades desenvolvidas no GTPRR se dá pelo compromisso de seus integrantes em colaborar na identificação e elaboração de estratégias que possam subsidiar a categoria na atuação profissional. Divulgar as produções da Psicologia transversalizando a discussão sobre Relações Raciais nos campos da saúde, educação, e no que se refere às políticas públicas em geral, tem sido uma das estratégias adotadas. Como resultado desta difusão de conhecimentos, temos o *Guia de Referências em Psicologia e Relações Raciais* (produzido pelo GT em 2010), os eventos promovidos pelo GT e, até mesmo, a participação de seus integrantes em outros eventos, de âmbito acadêmico ou não. Não podemos deixar de mencionar que o GT também apoia os movimentos sociais que tratam da temática, no processo de interlocução entre estes e o CRP, no sentido de acompanhá-los em seus processos de mobilização e de luta; viabilização de recursos materiais e humanos para suas ações, e disponibilidade de seus integrantes em participar das atividades propostas por estes. Exemplos disso são a nota de apoio ao Quilombo Rio dos Macacos (produzida pelo GT em 2012), a mobilização interna e o apoio para a realização da Marcha Contra o Genocídio da Juventude Negra, e a disponibilização de recursos materiais ou financeiros na produção de cartazes, folhetos e outros.

Na atualidade, o GT possui como objetivos ampliar no CRP o espaço para discussão da temática das relações raciais; construir estratégias de ação para sensibilizar e comunicar aos profissionais e estudantes de Psicologia a importância da discussão sobre relações raciais; contribuir para uma maior visibilidade e reconhecimento dos efeitos psicossociais do racismo como fatores de sofrimento psíquico; discutir e debater com a categoria sobre a implementação de práticas e/ou estratégias que possam subsidiar a(o)s profissionais de Psicologia no seu campo de atuação, para melhor lidar com as questões raciais que emergirem no seu cotidiano; fazer levantamento de trabalhos científicos no campo da Psicologia sobre a questão racial; e estabelecer contato e parcerias com outras instituições locais/estaduais/nacionais que atuem no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial.

Estratégias do GTPRR: implicação política e formação crítica

O GTPRR funciona dentro de uma pluralidade, que busca inspiração em diferentes teorias, de acordo com a afiliação de cada membro, para acolher a diversidade da Psicologia. Inclui-se neste contexto abordagens teórico-críticas.

Estas abordagens objetivam capturar aspectos da realidade na sua dimensão política, como também da subjetividade dos sujeitos envolvidos. Além disso, desenvolvem uma crítica interna ou análises rigorosas da argumentação e do método, considerando que os métodos científicos são construídos historicamente, a partir de valores sociais e relações políticas muitas vezes camuflados pelos discursos científicos (Alves-Mazzotti & Gewandszajder, 2002).

Para as abordagens teórico-críticas a função da ciência também é de transformação social, sem perder de vista que a participação do cientista nesse processo é objeto de debate. Assim, busca-se investigar as relações engendradas nos grupos e nas instituições, tendo como foco as ações humanas com a cultura, a política e as estruturas sociais, de modo a

compreender como são produzidas, mediadas e transformadas. Entende-se também que tais processos sociais não são neutros e vinculam-se às desigualdades sociais. Desse modo, a objetividade não tem a ver com leis naturais, e a subjetividade é admitida na pesquisa enquanto elemento fundante das relações sociais no campo estudado, sendo também assimétrica, porque determinada pelas relações de poder, classe, gênero etc. (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2002). Não poderia ser diferente com as questões étnico-raciais.

Neomarxismo, materialismo, freirismo, feminismo, pesquisa participante e similares são algumas das alternativas provindas da teoria crítica. Mas o termo “investigação ideologicamente orientada” consegue abarcá-las a partir da principal característica em comum que apresentam: a ideia de que se os valores estão presentes em qualquer investigação; e de que cabe questionarmos a quem estas investigações servem. Desse modo, a pesquisa é um ato político (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2002).

Dentro do universo das pesquisas de abordagem crítica, temos a pesquisa-intervenção. Essa referência não é a única do grupo, mas seus princípios foram adotados consensualmente como conjunto de ideias que fundamentam o trabalho do mesmo. Cabe mencionar que o grupo não realiza a pesquisa-intervenção no sentido rigoroso do termo devido à pluralidade teórica de seus participantes. A pesquisa-intervenção entrou aqui como exemplificação de uma abordagem metodológica, utilizada por alguns membros do GT, que é bem representativa das abordagens críticas apresentadas acima.

Esta modalidade de atuação é uma variação da Pesquisa-Ação e tem como principais influências autores da Análise Institucional, como Lourau, Lapassade, Guattari, Deleuze, Barembliitt, entre outros. Não cabe aqui neste trabalho discorrer sobre Análise Institucional, visto que se trata de apresentar na prática os princípios da pesquisa-intervenção enquanto ferramenta teórico-metodológica que inspirou o trabalho coletivo. Mas, convém lembrar que este fecundo campo nasce do movimento institucionalista, caracterizado pela integração de diferentes escolas teóricas em seus aspectos transgressores no que diz respeito a práticas e discursos instituídos (Rocha, 2006). No rol das características deste tipo de pesquisa, temos a radicalização da ideia de interferência na relação sujeito-objeto, sendo a subjetividade admitida como condição do próprio conhecimento. No que diz respeito à concepção de sujeito e de grupo, a subjetividade resulta de múltiplas determinações em tensão (interesses, desejos, relações, condições econômicas e materiais etc.). A consciência é sempre parcial e em constante conflito no processo de entendimento da vida. Já o grupo é entendido como dispositivo de produção e afirmação de modos de subjetivação, em que as realidades são abordadas micro e macropoliticamente (Rocha & Aguiar, 2003). Na verdade, o grupo se constitui a partir das relações entre as pessoas, no exercício conjunto e permanente na busca do sentido das ações e de sua própria existência, se forjando nas tensões que geram movimento e transformações nas/das circunstâncias (Rocha, 2006).

E são essas tensões, estas práticas de transformação da realidade, do cotidiano, como confronto de diferentes subjetividades afirmando a diferença, que deflagram o processo de autonomia e práticas de liberdade. Este entendimento, por sua vez, se contrapõe à ideia de autonomia como algo que se conquista e se mantém em estado de equilíbrio. Sendo assim, a pesquisa-intervenção, enquanto dispositivo de transformação, questiona os especialismos instituídos e considera a mudança como resultado da produção de outra relação entre teoria e prática (Rocha & Aguiar, 2003). Na verdade:

o que nos interessa é dar visibilidade às ações, aos rituais, às práticas que instituem um objeto [...]. Os discursos e as normas produzidos em uma coletividade são práticas constitutivas da realidade e é isso o que nos cabe investigar (Rocha, 2006, p. 171).

Vale notar que a opção por estes referenciais diz respeito à própria discussão sobre a hierarquia e as formas de organização social impostas pelo racismo às estruturais sociais e institucionais em que estamos inseridos. Como nos sinaliza Boal (2005), a dinâmica de

poder exercida a partir de pressupostos discriminatórios indica aqueles que devem exercer o poder (ditos opressores) e aqueles que devem unicamente obedecer (os oprimidos), diante de uma relação que é verticalizada e sobre a qual um único modo de pensar e refletir o cotidiano deve imperar (aquele próprio do opressor e seus correlatos). Assim, o GT objetivou quebrar com as noções formais de um saber único e diretivo, para possibilitar a existência de diferentes perspectivas e opiniões na mesa de debate, na tomada de decisões e no sentido de autoreconhecimento grupal. Na mesma medida, buscou sistematizar estes múltiplos referenciais em instrumentos orientadores que sirvam ao acesso de diferentes sujeitos políticos, a exemplo da segunda edição do Guia de Referências em Psicologia e Relações Raciais (já mencionado anteriormente).

Nos últimos três anos, a participação de estudantes, profissionais da Psicologia e de outras áreas no GTPRR foi bastante heterogênea, uma vez que os mesmos traziam para as discussões e produções coletivas tanto o conhecimento de suas áreas e afiliações teóricas quanto suas experiências de vida, sob diferentes aspectos. O que por um lado enriqueceu a elaboração coletiva de análises sobre a Psicologia e sua conexão com as relações raciais a partir de interações interdisciplinares com a Psicologia que ora dialogam, ora apresentam contradições às quais o grupo busca superar.

Além disso, a pluralidade teórica dentro do grupo e na Psicologia possibilitou discussões, de modo que alguns resultados acabam sendo multirreferenciais. Dessa forma, o confronto de diferentes subjetividades permitiu, a partir das diferenças, a construção de um trabalho compartilhado. Essa abertura para a pluralidade e a diferença, evitando o homogeneizante discurso único, encontra eco nas análises e posicionamentos da pesquisa-intervenção, quando esta discute o trabalho com grupos e a formação das subjetividades nos mesmos:

Faz mais sentido falar num confronto de diferentes subjetividades, o que concederia uma importância maior à construção de espaços públicos de discussão e debate onde essas diferentes subjetividades tivessem a oportunidade de se defrontarem. Isso aponta para um outro importante conceito que afasta as análises pós-modernas das modernas: o conceito de 'diferença' (Silva, 2001, como citado em Rocha & Aguiar, 2003, p. 69).

O campo das teorias críticas, onde se inclui a pesquisa-intervenção, questiona a própria racionalidade moderna e a sua pretensão de universalidade, por considerar que esta busca dissolver a diversidade, a pluralidade e a singularidade próprias aos sujeitos e aos grupos, tal qual ocorre nos espaços hierárquicos racializados de nosso convívio social, incluindo-se a Academia:

A racionalidade moderna, através da universalidade, das categorizações dicotômicas, ocupou o centro das preocupações, descaracterizando a subjetividade na sua diferença. Assim, enquanto a análise moderna tem como foco a desigualdade social, homogeneizando grupos e sujeitos, na perspectiva contemporânea a ênfase recai sobre as diferenças entre grupos e nos grupos (Rocha, 1996; Silva, 2001, como citado em Rocha & Aguiar, 2003, p. 69).

No período supracitado, a dinâmica de trabalho não suprimiu o confronto de subjetividades e suas diferenças. Assim, a prática do dia a dia configura-se em articulações de análises micro e macropolíticas, que devem buscar a intensificação das relações de poder e abertura de espaços polêmicos para o exercício da autonomia, da democracia participativa, de práticas éticas, conquista do espaço público e também da busca por direitos – espaços atualmente fundamentais, uma vez que os caminhos da libertação já estão cristalizados nas metanarrativas da modernidade (Rocha & Aguiar, 2003).

Na atual estrutura do GTPRR, há uma hierarquização formal, de modo que a dinâmica do grupo dialoga com a estrutura hierárquica do CRP 03. Contudo, o funcionamento interno do GT prima pela horizontalidade das relações, pela instituição de um espaço democrático de fala e de ações em que as decisões são tomadas e deliberadas no coletivo, e pelo respeito às

diferenças e às relações cooperativas e solidárias, conforme princípios teórico-metodológicos da Pedagogia de Paulo Freire (1977), outra das referências do GT. A coordenação do grupo é considerada então, porta-voz do mesmo em outras instâncias deliberativas do Conselho Regional. Nos processos de tomada de decisão, debates e aprendizagem, não há a separação entre cúpula e base, entre dirigentes e dirigidos, mesmo que alguns sejam já profissionais e outros ainda estudantes de Psicologia.

Esta dinâmica de trabalho, horizontal e desconstrutora de hierarquias, é outro ponto onde se encontram o funcionamento do grupo e os princípios da pesquisa-intervenção. Segundo esta, o poder circula e não está apenas nas mãos de uma determinada classe social nem nas mãos dos intelectuais. Por outro lado, considera que as mudanças nas ações instituídas não ocorrem imediatamente, mas resultam da produção de uma outra relação entre teoria e prática (Rocha & Aguiar, 2003).

Em tempo, cabe considerar que ao trazermos aqui os pressupostos da pesquisa-intervenção, utilizados na prática cotidiana do GTPRR, não queremos gerar uma (falsa) impressão de que neste as coisas se processam como mero campo de pesquisa acadêmica. Antes, e vale dizer que a própria pesquisa-intervenção preconiza esta outra postura: vemos o GTPRR enquanto espaço de produção de intervenção política, de formação continuada e produção de conhecimento, e a pesquisa-intervenção surge enquanto uma das estratégias do exercício constante dessas construções e articulações para o funcionamento do grupo.

Além disso, esta estratégia questiona os diversos sentidos cristalizados nas instituições, sobretudo as de formação. Assim, desconstrói territórios instituídos e possibilita a criação de novas práticas. Outro aspecto não menos importante é que analisa os lugares ocupados pelos sujeitos, os lugares que se busca ocupar, ou ainda o que lhe é constituído por decisão do coletivo e os riscos decorrentes dos caminhos em construção. Os conflitos e tensões se caracterizam em possibilidades de mudança, evidenciando que algo não se ajusta, ou seja, está fora da ordem, transborda os modelos (Rocha & Aguiar, 2003, 2007). Este modo de funcionamento do GT apresenta uma importante forma de participação para iniciantes, uma vez que promove a aproximação de sujeitos em diferentes estágios de amadurecimento da temática das Relações Raciais, de modo a apostar no crescimento coletivo de um grupo heterogêneo. Assim, facilita a participação de profissionais de Psicologia que nunca debateram a temática em questão e podem aprender com os sujeitos envolvidos que já iniciaram sua incursão neste debate, seja por implicação pessoal ou política.

Os integrantes do GTPRR não apartam as questões sobre relações raciais, especificamente o racismo, das desigualdades sociais. A questão racial faz parte da formação subjetiva de cada integrante: atravessa suas subjetividades. Os participantes do GT consideram ainda que as desigualdades sociais, sobretudo a discriminação racial, não têm causas apenas macropolíticas e econômicas, mas também têm entranhadas em suas dimensões subjetivas, simbólicas e culturais ainda arraigadas nas relações sociais. Por este motivo, cabe não só à Academia uma investigação implicada da Psicologia sobre a dimensão subjetiva da discriminação racial, mas também ao Sistema Conselhos e à categoria como um todo, em sua própria prática profissional e formação continuada.

Os membros do GTPRR trazem em suas histórias de vida experiências de indignação quanto à discriminação racial e seus processos de luta, seja em movimentos sociais, seja em espaços onde a temática é fortemente discutida. Ou ainda, encontram no GT um espaço dialógico em que radicalizam as análises sobre este fenômeno, buscando pensar não apenas a negritude, mas também a branquitude e os demais processos de constituição da noção de raça na sociedade contemporânea. Contudo, acreditamos que estes espaços se mostram ainda insuficientes na formação em Psicologia e na produção de conhecimentos desta categoria profissional. A Psicologia não pode mais furtar-se das análises e intervenções necessárias que o fenômeno convoca. Portanto, é mais que fundamental a sua implicação.

Todo esse processo de engajamento político e entrelaçamento subjetivo dos membros do GT com a temática que estudam é bem analisado pela pesquisa-intervenção através do conceito de implicação. Segundo esta abordagem, estar implicado não significa apenas assumir um compromisso político, mas aceitar analisar as próprias implicações, admitindo que as questões em que nos vemos implicados são as mesmas que nos constituem: “poderíamos afirmar que a implicação não é uma questão de decisão consciente de ligar-se ao processo de trabalho” (Aguiar & Rocha, 2007, p.656). Posto isso, podemos afirmar que a pesquisa-intervenção provoca deslocamento inverso do princípio socrático-platônico “conhecer para transformar”, em direção à idéia mais própria à filosofia trágica dos pré-socráticos “transformar para conhecer”. Há, portanto, o esfacelamento da separação entre sujeito e objeto:

Portanto, o implicar-se do intelectual-pesquisador não se refere apenas à politização de demandas e encargos, pesquisando-interpretando as condições de sua produção social, mas exige que nos instalemos nessas condições, num engendramento sempre presente, e façamos da própria investigação-formação matéria de intervenção (Aguiar & Rocha, 2007, p. 657).

Vemos então que os princípios das pesquisas críticas, sobretudo os da pesquisa-intervenção analisada neste texto, condizem com a dinâmica do GTPRR e com a escolha por rejeitar a crença da neutralidade científica.

É importante destacar, contudo, que as críticas aqui levantadas à crença positivista da neutralidade científica não significam uma crítica correlata a um princípio fundamental que precisa existir em qualquer investigação, em qualquer viés ideológico que esta aconteça. Tal princípio pode ser chamado de idoneidade-ética e imparcialidade de viés no tratamento dos dados produzidos. Inclusive tal preocupação com a idoneidade no tratamento dos dados é ainda mais importante nas abordagens críticas de pesquisa, pois aí os pesquisadores são movidos por uma implicação ideológica que precisa sempre ser contrabalançada pela isenção (não neutralidade) na análise dos dados. Ou seja, mesmo quando os dados contradizem as hipóteses e os princípios ideológicos dos investigadores, eles precisam ser levados em conta e jamais desqualificados.

A justificativa que levou o grupo a adotar os princípios aqui apresentados (dinâmica horizontalizada, autônoma, numa perspectiva crítica de questionamentos institucionais internos que contribui para o engajamento político) parte de uma crítica às instituições, à política representativa e às relações desiguais de poder – trazendo, para o seio da instituição que representa a categoria profissional, reflexos das análises cotidianas da sociedade.

Neste período (2012-2014), em que o grupo funcionou dessa maneira, um tema bastante valorizado e reivindicado foi a participação de estudantes e as formas de atrair mais integrantes, sobretudo profissionais da Psicologia, para fomentar e difundir os temas étnico-raciais e suas questões. Quanto a isto, entendemos que na participação de estudantes, profissionais recém-formados e os mais experientes, todos assumiam importância neste contexto.

Outro ponto alvo de discussões intensas são as posições assumidas pelos coordenadores, modos de trabalho grupal e participações mais efetivas dos integrantes do grupo, de modo que, na dinâmica mesma do GT, analisamos até que ponto estávamos reproduzindo as mesmas relações às quais tecemos nossas críticas. Assim, processualmente, buscamos experimentar o que chamávamos de relações democráticas e menos hierarquizadas, de poder compartilhado, de valorização dos saberes presentes em cada membro – um modelo autogestionário.

Ao descrevermos os modos organizativos do GTPRR, buscamos apresentar uma proposta de articulação coletiva para possibilitar o debate das relações raciais dentro do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil, de maneira coerente e condizente com as críticas

que são feitas à própria construção hierárquica racial e discriminatória de nosso país. Assim, cabe dizer que, muito embora possa parecer extensa a descrição do *modus operandi* do GT, esta se faz necessária na construção deste artigo, para que fiquem evidentes seus pressupostos orientadores da ação. Isto por que o funcionamento do GT pode aparentar, em certos momentos, a uma dimensão “tarefista” de existência, onde o trabalho seja construído sem a devida noção teórico-técnica do que rege sua estruturação e organização interna. A tentativa aqui, neste tópico, de discorrer sobre tais pressupostos basilares se dá, então, no sentido de evidenciar nossos instrumentos de trabalho, a partir de uma visão não tão amplamente discutida (as perspectivas teórico-críticas), sem deixar de trazer também elementos históricos que constituem o Grupo em sua condição de articulador da temática das relações raciais no campo da Psicologia.

Atividades do GTPRR e perspectivas futuras

Inspirado de forma ampla em concepções de trabalho coerentes com as ideias desenvolvidas acima, o GTPRR desenvolveu atividades diversas, as quais passaremos a descrever. As reuniões organizadas pelo grupo ocorreram com frequência semanal, prioritariamente na sede do CRP03, até junho/2014, promovendo discussões para tomar decisões e deliberar sobre ações do grupo, bem como organizar os eventos e elaborar materiais a serem utilizados.

Já o Grupo de Estudos funcionou em paralelo, quinzenalmente, constituindo-se em um espaço aberto à participação de estudantes de graduação, profissionais da Psicologia e outras áreas, agentes sociais e demais interessados em discutir relações raciais; além deste modelo, o GT desenvolveu outras atividades formativas, tais como cinedebates e cursos.

Enquanto representação, O GTPRR se fez presente em instituições internas e externas ao Sistema Conselhos, de caráter Governamental e Não-Governamental, no sentido de contribuir para avaliação de trabalhos e projetos, bem como mapeamentos relativos à temática com a qual trabalha, emitindo também posicionamentos via notas de apoio e notas técnicas, como forma de intervenção política.

No âmbito acadêmico, como estratégia de disseminação de informações e conhecimentos, se fez presente em eventos como seminários, simpósios, congressos e similares, apresentando trabalhos no formato de comunicação oral, pôsteres, oficinas, minicursos, relatos de experiência, mesas redondas, rodas de conversa, dentre outras atividades. Para divulgação de suas atividades, o grupo produziu ainda materiais para publicações, tais como o Guia de Referências em Psicologia e Relações Raciais⁴, relatórios e demais mídias – atividades tais que resultaram em intensa aproximação de interessados que acabam entrando em contato com temática das relações raciais a partir destas ações.

Enquanto perspectivas futuras, tendo por base as diretrizes assumidas em Planejamento Estratégico do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, e a partir das Teses produzidas no VIII Congresso Regional da Psicologia na Bahia (COREP) e no VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), o grupo tem orientado suas ações para o fortalecimento do debate sobre o Racismo Institucional, Políticas Públicas e conflitos territoriais. Não obstante, vale ressaltar que nenhuma proposta específica foi aprovada no VIII CNP relacionada às relações raciais, priorizando-se uma transversalização dos temas em Direitos Humanos, o que resultou em uma pulverização da discussão.

Considerações Finais

As ações descritas acima reconhecidamente conferem ao GTPRR o status de ser hoje um dos grandes articuladores da temática das relações raciais a partir do olhar

⁴<http://relacoesraciais.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Psicologia-e-relacoes-raciais-2a-ed.pdf>

da Psicologia e dos Direitos Humanos na Bahia. As articulações para a construção do Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (PSINEP) evidenciaram a preocupação deste grupo em efetivar discussões ativas e transformações nas mais diversas ordens de atuação dos profissionais da Psicologia e demais áreas parceiras.

O GTPRR tem deixado um legado na formação de estudantes e profissionais da Psicologia que participaram e participam do grupo, qual seja o da implicação política, no sentido de disseminar os conhecimentos voltados a temática étnico-racial. Isto se exemplifica pela construção de eventos marcantes na história recente do GT e do CRP03, como a Roda de Conversa sobre Psicologia Africana – organizada pelo Grupo, com a presença de Wade Nobles e Linda James, teóricos fundantes deste campo de saber – e as Rodas de Conversa sobre Saúde da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais – que contou com a presença e participação de lideranças do Movimento Negro baiano e de religiões de matriz africana, em diálogo com estudantes e profissionais da categoria. Além disso, a construção de documentos orientadores (como a segunda edição do Guia de Referências já mencionado) e, mais recentemente, as contribuições com a sistematização de referências técnicas no campo das relações raciais e das questões de terra – em parceria com o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CRP03) – sinalizam o interesse do GT em registrar seus passos e seus aprendizados em instrumentos que sirvam à orientação da categoria e à formação de futuros profissionais que venham a se inserir, inequivocamente, no trato com os sofrimentos decorrentes da discriminação racial na Bahia e no Brasil.

Ademais, retomando discussões iniciadas pelo GTPRR nos primeiros anos de seu funcionamento, em consonância com debates realizados pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2013, foi trazida à tona recentemente a temática da Psicologia em relação aos povos indígenas, uma das limitações do grupo no que tange ao debate das Relações Raciais. Não obstante, embora o CRP03 tenha se aproximado do tema no passado, nos últimos anos não realizou ações neste campo. Considerando que a Bahia é o terceiro Estado brasileiro com maior população indígena, algumas ações na perspectiva étnico-racial devem ser propostas em breve. Nesse sentido, a própria Comissão de Direitos Humanos do CRP03 busca transversalizar estas discussões com os GTs que integram sua composição, a exemplo do próprio GTPRR e de outros GTs, como o de Educação (GTPE) e o de Direitos da Criança e da/o Adolescente (GTDDCA). Assim, fortalece-se a construção de ações integradas que buscam suprir as lacunas inerentes aos debates realizados.

Afirmamos, em tempo, que, a despeito do que já foi trazido até aqui, há limitações ao funcionamento do grupo, pontos que podem ser melhorados ou, ainda, aspectos que podem ser discutidos do ponto de vista do que se discutiu e produziu até aqui, resgatando a historicidade do grupo e tendo em vista constantemente os desafios a superar. Isso posto, queremos dizer que esta é apenas mais uma das tantas experiências possíveis, mas que queremos com este artigo compartilhar nossas vivências, esperando que esta iniciativa contribua para inspirar experiências próprias em outros grupos e locais.

Em suma, cabe considerar a relevância e o lugar histórico construído pelo Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) da Comissão de Direitos Humanos do CRP03, ao percebemos os efeitos que suas ações fazem repercutir nas práticas individuais e coletivas de seus integrantes, bem como no acúmulo que hoje é possível visualizar, ainda que de forma sutil, dentro do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil.

Referências

Aguiar, K. F. & Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise, *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4),

64-73. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a07.pdf>.

- Alves-Mazzotti, A. & Gewandsznajder, F. (2002). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Thomson.
- Boal, A. (2005). *Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Edição revista.
- Conselho Federal de Psicologia (2002). *Resolução N° 018/ 2002*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos*. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf.
- Conselho Regional de Psicologia da Bahia. (2010). *Guia de Referências em Psicologia e Relações Raciais* (2ª Edição). Recuperado de http://www.crp03.org.br/img/Cartilha_web_atual_reduzido.pdf
- Freire, P. (1977). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)*, Rio de Janeiro: UFF, pp. 15-34.
- Rocha, M. L. (2006). Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, pp. 169-174.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a Produção de Novas Análises [Versão eletrônica], *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.